

CONFERÊNCIAS DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

III

LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS

**A UNIVERSIDADE EM TEMPO DE COOPERAÇÃO  
A FUNÇÃO DA CULTURA**

Texto da Conferência Proferida em 18 de Maio de 1993



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

PORTO—1994

RAMOS, Luís A. de Oliveira  
A Universidade em Tempo de Cooperação. A Função da  
Cultura / Luís A. de Oliveira Ramos. — Porto : Conselho  
Directivo da F.L.U.P., 1994. — 20 págs ; 20,5 cm. —

(Conferências da Faculdade de Letras do Porto ; 3)

*Local:* Porto

*Editor:* Conselho Directivo da F.L.U.P.

*Ano:* 1994

*Impressão e acabamento:* Imprensa Portuguesa - Porto

*Tiragem:* 500 exemplares

## A UNIVERSIDADE EM TEMPO DE COOPERAÇÃO A FUNÇÃO DA CULTURA

Falar de cooperação, no seio da Universidade, pondo o acento tónico na cultura, implica que se definam, já os tipos de cooperação em que estamos a pensar, já algumas situações em que a cooperação pode funcionar em resposta a urgências dos tempos de agora.

Desenvolvem-se acções de cooperação à escala comunitária e no plano nacional, nas áreas fronteiriças e com os países lusofonos, prioritariamente. Mas não esqueçamos as nações do leste europeu recém chegadas aos círculos do ensino livre, em busca de melhoria social e de paz, que o trabalho frutuoso e criador permitem.

Por outro lado, há situações novas, onde o exercício da cooperação se afigura imprescindível e há toda uma série de ligações culturais entre a Europa e outros Continentes, tão caros e tão peculiares no mundo do português, onde se fala a língua que é o bem maior da cultura lusíada. Que realidades e disfunções caracterizam as situações a que aludimos? Qual o papel da cultura como fonte de cooperação gerada com a Universidade e através dela?

Pontuada a essência da cultura, vejamos antes de mais, como se processaram e processam as relações culturais tecidas pelos portugueses na Europa.

Concebida a cultura como domínio do ser e nomeadamente como uma antropologia virada para o estudo dos usos, costumes e tradições etc, a análise dos intercâmbios, nesta área, entre Portugal e a Europa são tão antigos quanto o próprio país.

Primeiro, dominam os laços com a Hispânia, castelhana e galega, acompanhados pela guerra e trato com os muçulmanos vizinhos, pelo câmbio com povos e lugares do Norte e do Mediterrâneo, pelo contacto com os centros universitários de Castela, da França, da Itália, etc. Desde o século XVII e depois no século XVIII e XIX, os livros, o estilo e os trajos franceses infiltram-se nas camadas altas, mas nunca o primado da língua. Jamais, em Portugal, o francês aparece como língua da Corte, posto os círculos régios, nos finais de seiscentos e em setecentos, desempenhem função importantíssima no estabelecimento da hegemonia da cultura francesa, arredando as influências hispânicas de uma liderança espacial tradicionalmente sua. O facto deve-se, por um lado, ao casamento, na segunda metade do século XVII, de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, filha do duque de Nemours, sucessivamente com os reis D. Afonso VI (1766) e D. Pedro II de Portugal, por outro, à admiração de D. João V, até meados do século XVIII, por Luís XIV e pelo esplendor de Versailles. De resto, sob o mesmo monarca português não só os trajos, a decoração, o protocolo, o luxo, se afrancesa, como se inicia o afrancesamento da cultura literária e da história, por exemplo, agora sob a égide do modelo das "*luzes*", cujas raízes anglo-saxónicas e as formulações itálicas e hispânicas não são desconhecidas entre nós, pelo contrário, são palpáveis. O movimento culmina, no século XIX, com o liberalismo na política, o romantismo e o realismo nas letras, funcionando a propaganda republicana e a instauração da república em 1910, a par do positivismo, como um acúmen deste processo no primeiro quartel do século XX. Assim se explica a atracção por Paris e o facto de que, até meados do século XX, o estatuto do francês seja o de segunda língua culta, ultimamente suplantada pelo inglês.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (1985), as relações nos planos cultural, tecnológico e científico, em geral, intensificam-se à escala do nosso continente. Para mais Paris é, desde decénios, por força da emigração, a segunda cidade de língua portuguesa na Europa, posto residam trabalhadores portugueses por todo o lado no Luxemburgo, em menos lugares na Alemanha e, ultimamente, em crescendo, na Espanha vizinha.

O derradeiro evento apontado faz-nos recordar o século XVI, quando uma enxurrada de portugueses demanda Castela e as suas conquistas. Da permanência em zonas francesas, alemãs, espanholas, ou alhures, resultam novos usos, novos ensinamentos, o conhecimento de composições musicais e de comidas diferentes, ou a construção de tipos originais de habitação. Do mesmo passo, ocorre uma lenta mutação nos hábitos ancestrais e mesmo nas formas mentais mais enraizadas, tradutoras de um certo aportuguesamento das diferenças nacionais europeias e vice-versa. Curiosos, na Comunidade, são os casamentos com alemães e entre turcos e portugueses, estes transcomunitários.

Em Portugal fixam-se ou descobrem-se, aqui e ali, índices crescentes de francesismos e de aculturações germânicas, ao lado de enxertias híbridas, em extractos da população não tocados pelas via erudita.

Actualmente, o inglês funciona como idioma mediador por excelência, no plano das ciências. As bolsas de estudo dos vários países da Comunidade ultrapassam de largo a oferta francesa e os contactos privilegiados antes prevalecentes com a França. Os programas ERASMUS e LÍNGUA, a exemplo de outros programas comunitários, levam e trazem a Portugal, e às demais nações, docentes e discentes dos mais variados países, a começar pelos jovens que cunharão o futuro. Como noutros países, antigas metrópoles coloniais, esses estudantes europeus aprendem a conhecer não apenas professores com uma

larga permanência em Estados ultramarinos, mas também alunos que dessas terras vêm estudar à antiga metrópole colonial, em cujo território muitas vezes preferem, de futuro, habitar.

Além do mais, uma coisa é certa, desde 1974/75, Portugal deixou de ser uma potência ultramarina e as ligações com o além-mar, assim como a longa permanência nas fileiras, durante a guerra colonial (1961-1974), da esmagadora maioria dos portugueses da minha geração, vazou a cultura de muitos. A África, os hábitos e os horizontes africanos, a par das dificuldades desses mundos deixaram marcas indeléveis na sua forma de estar e de ser. E se há quem de África passe a Portugal e de Lisboa a Bruxelas, sem hesitar (é o caso dos Comissários portugueses da Comissão Europeia), o país volta a interrogar-se sobre a vantagem de fortalecer os laços com o Brasil e os demais países de língua portuguesa tão próximos pela singularidade dos seus traços existenciais e de cultura, quanto pela possibilidade de Portugal funcionar como testa de ponte dos mesmos na Europa comunitária, mau grado as distâncias, os desencontros e sobretudo a eventualidade de relações directas entre esses potentados em crescimento e os mercados europeus.

Pensando nos sinais, já do Brasil e da África, já da Europa lusófona no quotidiano português, atenda-se à infiltração maciça e requestada das telenovelas brasileiras na TV, com uma aceitação que obriga os canais a integrá-las nas suas programações e cuja aceitação transcende as classes, ao peso dos assuntos africanos nos noticiários desses «media», não obstante, note-se, o predomínio da informação sobre os países europeus e o acesso da população portuguesa às televisões de outros países através de antenas parabólicas.

Mas outro problema original, outra interrogação subsiste entre os portugueses: urge garantir uma sadia permanência da sua polifacetada identidade cultural face às uniformidades decorrentes da intervenção crescente da Comunidade, afeiçoada à luz de uma língua, de uma tecnologia, de um mercado, até de um estilo de mando anglo-saxónico, às vezes de extracção americana.

Em simultâneo com as questões atrás apontadas, existe o problema da vizinha Espanha. Posto que inserido na Europa dos Doze, Portugal, pergunta se o avanço das multinacionais espanholas e a circulação de pessoas e bens não é o princípio do primado do grande vizinho, agora indispensável parceiro no quadro das dificuldades comunitárias dos países do Sul. Ao contrário do que no pretérito aconteceu, Madrid e os espanhóis alçam-se como centros de cultura. No Norte de Portugal, em Braga, no Porto, em Coimbra, vai-se a Compostela ou a Salamanca pesquisar nos institutos universitários, o que antes era raro e acontecia, sim, na França, na Inglaterra, na Alemanha, que, de resto, continuam a ser demandadas. Os livros, os jornais, a arte espanhola tem procura acrescida, como as suas tecnologias, produções, etc.

Provavelmente convém não exagerar o que é fruto da própria dinâmica comunitária e constituirá, afinal, benefício. Sem embargo, registre-se a interrogação, que é vulgar, e a observação final, agora produzida, em particular no que toca à cultura, a qual tem antecedentes bem longínquos, já aqui referidos.

Distante, se bem que, muito próxima pela força da economia e da cultura, a Alemanha, por exemplo, é olhada com respeito. As viagens aéreas para esse país, agora unificado, já não são trajecto de emigrantes antigos, mas também de industriais, comerciantes e cientistas. Os portugueses querem ver o que se passa desse lado da Europa, por

exemplo, no âmbito da ciência e da cultura, facto que não é original, mas volta a aparecer.

Demais, se a língua francesa está em regressão, se o espanhol ou o alemão interessam a poucos, embora avultem, no dia a dia, os negócios e as consequências da emigração, é possível rastrear traços duráveis de aculturações multinacionais. Um pouco por todo o lado, fixam-se ou descobrem-se índices crescentes de europeísmo nos mais variados extractos da população, tocados, ou não, pela trajectória culta.

Para além da difusão do inglês, já falámos de usos, de construções, de ementas, etc. Deve ainda falar-se da abertura de espírito, de hábitos democráticos, de normas cívicas, de higiene, de preservação do ambiente. De par é impossível não referir a eventual tonificação de um nacionalismo mais fechado, que se opõe ou flui ao sabor de chauvinismos e racismos alheios, isto ainda a título de exemplo.

Apesar das vantagens ou do negativismo das vivências enunciadas, Portugal quer, decerto, manter, no seio da Comunidade, traços individuantes que a História regista, a sua identidade, a riqueza da sua língua, em tantos continentes falada por milhões de pessoas, o carácter do seu património, etc.

Independentemente do caso português, o que pensa sobre tais matérias, apanágio dos povos europeus, a Comunidade? O Tratado de Maastricht defende a especificidade cultural dos Estados membros no Artigo 128, consagrado à cultura, onde se dispõe o seguinte:

1. *A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.*

2. *A acção da Comunidade tem por objectivo incentivar a cooperação entre Estados membros e, se necessário, apoiar a sua acção nos seguintes domínios:*
  - *melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus;*
  - *conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia;*
  - *intercâmbios culturais não comerciais;*
  - *criação artística e literária, incluindo o sector audiovisual.*
3. *A Comunidade e os Estados membros incentivarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da cultura, em especial com o Conselho da Europa.*
4. *A Comunidade terá em conta os aspectos culturais na sua acção ao abrigo de outras disposições do presente Tratado.*

Tanto quanto sabemos, este artigo surge no texto em virtude da acção conjugada das diplomacias francesa e portuguesa. Ouvimo-lo dizer este Verão pela voz de um representante do ministério dos Negócios Estrangeiros de França, em colóquio na Assembleia Nacional, em Paris, mas ninguém o sabe em Portugal.

Sabemos também que o ministro dos Negócios Estrangeiros português vê na defesa da especificidade cultural do país, no quadro europeu, uma das prioridades essenciais das nossas embaixadas. Não interessa apenas beneficiar da cooperação, interessa a cooperação mútua, urge pôr a tónica nos valores da cultura portuguesa entre as culturas irmãs ou aliadas. Para o efeito, decerto, convém amanho as sementes de portugalidade que

são os filhos dos portugueses dispersos pela Europa, ou seja, os cidadãos comunitários que querem conhecer os valores pátrios dos seus progenitores. Em tal quadrante, papel diário cabe já à televisão internacional portuguesa, cuja repercussão desconhecemos, mas que pode ser frutuosa junto das segundas e terceiras gerações.

Todavia, a ponta de lança governamental da política no âmbito da cultura, onde avulta a divulgação do livro, da tradução, da leitura, numa palavra, a expansão da língua portuguesa colocada a par das demais, é o Instituto Camões, semelhante ao Instituto Cervantes de Madrid. A língua funciona como instrumento de difusão cultural e, numa perspectiva abrangente, dá azo ao estudo da Literatura, da História e da Filosofia, da Pedagogia, da Economia e da Antropologia.

O Instituto existe para apoiar as comunidades portuguesas dispersas por outros Estados e insistir nas políticas culturais para a juventude, desejosa de conhecer o que Portugal criou. Com meios limitados ao seu dispor, o Instituto quer funcionar como *"um multiplicador da iniciativa e da capacidade criadora de uma Língua e de uma Cultura"* não apenas dos luso-descendentes, cada vez mais virados para as exigências da Europa, mas também ao serviço dos homens e instituições da sociedade europeia.

Para levar a bom termo esta última e decisiva tarefa, conta-se com a acção, já anunciada, da Comissão Europeia através do Comissário europeu para estes assuntos, em prol do livro, da leitura e da tradução. Desde já, a Comissão Europeia, como Portugal, pretende preservar a memória cultural dos povos na Comunidade integrados. Visa estimular um ambiente favorável à criação artística. Julga indispensável a afirmação da Europa através de países terceiros, segundo as orientações definidas em Maastricht.

Se original e muito europeu, posto que facetado pelo exotismo, é o que acontece no mundo da criação artística portuguesa sem sombra de dúvida, nos primeiros e no último aspecto, Portugal chega à Comunidade e nela opera, mau grado os termos da descolo-

nização, com um pecúlio intercontinental extraordinário, fruto de séculos, tão variado quanto rico nas suas expressões populares ou nas suas vertentes cultas, a que uma nova cooperação dá alento. Essa cooperação, diga-se de passagem, deve ser desenvolvida, mas segura e baseada:

*No intercâmbio de professores e alunos; Na  
interajuda no campo da investigação; Em  
programas de estudos comuns e mistos,  
baseados de preferência em acções novas,  
precisas, objectivas.*

Temos esperança, portanto, que a integração na Europa, enriqueça e faça partilhar Portugal o que é dos outros, aos outros Estados trazendo o que lhe pertence e o que lhe é próximo.

No plano político prevalece a ideia de que, culturalmente, a despeito da lenta gestação do Tratado de Maastricht e da sua defesa das especificidades nacionais, muito importante é o que se decide em Bruxelas, a cidade das directivas comunitárias, onde, lamenta-se, não abunda o dinheiro para estas causas, disse-o o respectivo Comissário.

É cedo para estabelecer o cômputo dos processos em marcha, mas impõe-se reflectir sobre o papel da cooperação universitária em tal domínio.

Na Europa Ocidental, fluxos de estudantes de uma vastidão antes desconhecida, ocupam as universidades e as escolas do ensino superior. Há uma democratização, sem precedentes, da instrução pública. Enquanto parte integrante da sociedade, às universidades compete observar tais fenómenos e prescrever a evolução cultural e intelectual das sociedades em que funcionem, por exigência da marcha da ciência e por obrigação em

relação às novas gerações. Por outro lado, a Universidade tem necessidade de lembrar aos outros que é parte integrante do seu mundo existencial, de modo que eles compreendam melhor os universitários e os seus problemas. A Universidade não configura algo à parte, pretende, sim, dialogar com a sociedade, inclusive, para ilustrar a responsabilidade que ela (a sociedade) tem no sector universitário.

Quando o diálogo acontece, processa-se amiúde, com dureza, a traduzir incompreensão e posturas diferentes no passado provavelmente compreensíveis, ainda hoje a custo ultrapassadas. Seja como for, convém estimular os encontros com os parceiros sociais, em nome da confiança e de interesses mútuos. Os problemas que nesses contactos vêm a lume valorizam a Universidade se ela mostra empenhamento e competência, estudando com aqueles a maneira de os resolver, ou então orientando a sua evolução para um fim positivo (SEIDEL, 1992).

Também de acordo com o Prof. Hinrich Seidel, alto responsável das universidades europeias, é uma ilusão supor que estas instituições, mau grado as doenças congénitas ou estruturais, periodicamente superadas, estão hoje a funcionar normalmente. Adverte também que, a Leste, as universidades não voltarão a ser o que eram em 1945. Conclui que diagnosticar os desafios que sobre as grandes universidades de tipo europeu continental impendem, nomeadamente no campo da cooperação, reveste-se de utilidade.

Para ilustrar as suas observações, apresenta uma série de casos, onde a cooperação falha, quando devia resultar, casos que vale a pena conhecer e comentar de acordo com a nossa realidade.

- Nos países europeus, os diplomados universitários já não seguem preferencialmente a carreira do funcionalismo público. A maioria trabalha no sector privado. Ora, a cooperação com vista ao armamento do ensino e da investiga-

ção entre o sector privado, e mesmo o Estado, está muito longe de corresponder às disfunções conhecidas no campo do emprego. Tal diálogo permitiria decerto melhorar a programação universitária decidida, em última instância, pelos mestres.

- Paralelamente, a complexidade do mundo do trabalho exige crescente especialização. Um número cada vez maior de indivíduos recebe formação fora da Universidade. As universidades mostram-se em extremo ciosas do que julgam constituir reserva própria e daí o aparecimento de reticências. Melhor seria estabelecer um sistema de vasos comunicantes com essas escolas, concerteza exigente, realista e cooperante, favorável aos interesses sociais. A experiência em causa não comprometeria, nem poderia comprometer, a investigação fundamental, a formação científica para a pesquisa e a graduação doutoral, património do legado universitário. E dizemos que não poderia comprometer, por que aqueles escopos, universitários por excelência, vêmo-los, em universidades novas, tratados com ligeireza.

Em diferente quadrante, lembre-se, o acréscimo do volume do saber traz a progressão das especializações, e a impossível extensão dos cursos. Urge limitar o ensino ao essencial, "*aos conhecimentos fundamentais e geralmente válidos*", o que não é fácil, mas tem de acontecer. Na verdade, interessa menos a extensão dos cursos, ou seja a dimensão dos estudos, mais a sua estrutura, no âmbito de uma reformulação dos *curricula*, capaz de demonstrar que "a evolução do ensino e da pesquisa constituem um todo", fruto da cooperação entre membros do professorado. Se houver flexibilidade e se se admitir a fraccionação dos ramos do saber e das escolas que os ministram, um curso de 4 ou 5 anos, pode reduzir-se a 3, sem desvantagem.

- A rigidez da divisão das universidades em faculdades, fora do mundo anglo-americano, obsta à existência de laços horizontais entre disciplinas e entrava o progresso científico que tal cooperação proporcionaria e em tantas ocasiões defendi.
- A par das universidades, existem institutos de investigação a ter em conta para com eles labutar em comum, arredadas suspeições e ciúmes, no urdimento de redes de pesquisa comuns e tradutoras de cooperação eficaz.
- Ao "repensar os postulados, a estrutura e o volume dos cursos", a situação existente incita a programar com cuidado a "formação científica contínua, associada à vida profissional", em mudança acelerada. O programa FOCO abre perspectivas. Todavia, a montagem dos cursos não se fez em diálogo aberto, cooperante, entre os vários graus de ensino, na maioria dos casos, creio.  
De tempos a tempos, convém parar e fazer o ponto da situação. Com que fim? Para bem optar, para discernir o que resolverá as aporias do nosso tempo, carecidas de inadiável resposta.
- Que sabemos nós, metódica e cientificamente, da África actual, do seu futuro, das perspectivas que se abrem à Europa de Leste e do futuro brumoso da nossa unidade?
- Do nosso ponto de vista, no encalço de outros colegas, julgamos essencial analisar as implicações entre a cooperação universitária, a cultura e o papel que a esta última cabe e, às vezes, está ausente.
- Para o Prof. Patriat, o isolamento, fora das urbes, de certos campos universitários funciona, emblematicamente, em consequência da "recusa, decerto inconsciente, de inserção social" da mais antiga das instituições concebida pela cultura e civilização europeias (ROÊG, 1991).

- No quadrante discente, em anos recentes, o meio estudantil transformou-se, e de algum modo ficou mais pobre, pois, não raro, folclorizou-se e passou a ser repetitivo. O corpo docente especializou-se ou tornou-se em excesso técnico, caindo num gueto falho de horizontes e ideias que o minimizam socialmente. O facto foi deveras sentido quando do fecho do I.N.I.C. e só, a pouco e pouco, se pressente um renascimento. Mais triste é ver cientistas, em conferência, descerem ao anedotário em vez de desenvolverem o teor e significado filosófico da sua pesquisa, tratando-os rápida e superficialmente.
- O que apontamos sobre alunos e mestres traduz a situação social. A acção de empresas mecénicas e do Estado não substituem, se avulsos e incoerentes, a dinamização cultural que a Universidade proporcionará.  
Por via dos "progressos dos individualismos de massas e das exclusões, face à dissolução dos sinais espirituais e ideológicos tradicionais", criou-se um vazio, "uma necessidade de rumo e de proposições axiológicas". A cultura, aparece, então, como factor de coesão social, de afeiçoamento da pessoa, com o tónus de "elemento privilegiado do desenvolvimento social" (PATRIAT, 1992).

Neste contexto e com este fito de investimento cultural, à Universidade fica um papel único de mediação original, que a sua riqueza permite. Incumbe-lhe formar pessoas abertas, seres pensantes, críticos e operativos, no seu seio e fora dela. Para consumir tal projecto, exige-se uma atitude volitiva de afirmação de responsabilidade de acção cultural na cidade, partilhada com profissionais da cultura, artistas e animadores das comunidades, aceites como parceiros, como cooperantes seus de parte inteira. Julgar que a Universidade tomará a iniciativa nesta área é porventura um mito (PATRIAT, 1992); vê-la participar é bem possível e deveras necessário.

De facto, enquanto "parceiro social, ao universitário toca assumir função essencial na promoção já cultural, já social e política" (RITZ, 1992).

Assim, cooperar na vida democrática da Universidade obriga a "presença nos órgãos de gestão" e na distribuição de responsabilidades, sem enfado ou cansaço, respeitando as regras do jogo em nome do progresso; exige que não se desconfie do que chega de fora e se aceite com crítica, a novidade; pede, enfim, que continuemos a aprender e a reflectir.

Ao mesmo tempo, exige que cooperemos com os parceiros sociais e com os cidadãos da comunidade envolvente, em tarefas úteis, precisas. No funcionamento desta mecânica, de importância reveste-se a "presença nos conselhos universitários de representantes dos meios sócio-económicos e culturais", uma vez traçado com nitidez o seu campo de intervenção na cooperação universitária, explica o Prof. Régis Ritz, autor de aguda lição sobre algumas matérias que estamos a abordar.

No concernente aos estudantes, a Universidade é uma Escola de cidadania, acabarão por compreendê-lo os contestatários, os cábulas, os simplesmente estudiosos, além dos empenhados. Nos movimentos associativos, nas tarefas efectuadas com Professores e Colegas, falando com outras entidades, o estudante treina-se, prepara-se para urdir um memorando, para discutir, organizar, reivindicar e, bem assim, dialogar e concluir acordos, se não também a ajudar os alunos em dificuldades, deficientes, deslocados ou a braços com carências materiais.

Demais, a gestão democrática, ao promover a igualdade de formação, assume a responsabilidade gravíssima de proporcionar aos estudantes uma formação de qualidade (RITZ, 1992), nem sempre conseguida.

A esta luz, até porque funciona como empregadora, a sua função mais do que cooperativa é cooperante. E cooperante entendendo o futuro da relação Universidade-Indústria,

onde a par da propaganda, abundam os escolhos. Lembro, em 1985, uma manhã de assinatura de convénios na Universidade do Porto, com industriais e o Ministério da Industria. Que resultados produziram? Alguns decerto! Todavia, a indústria ordena-se segundo exigências de boa, rápida e rendível produção. Frente a estes imperativos, a Universidade cultiva a autonomia de espírito, o sentido crítico, a reflexão livre, a inovação, numa palavra, a pesquisa fundamental.

Nada impede que se faça mais do que se tem feito e tão vulgar é nos Estados Unidos. Noutros casos não se caia no pragmatismo reductor de imperativos contratuais, alheios aos pontos de referência enunciados.

Numa sociedade dominada pelos valores do mundo científico e tecnológico, ao universitário, mestre-inventor-pessoa, para usar expressões de Pombal e de Mounier, cabe desenvolver as potencialidades da sua inteligência, do seu espírito selectivo e criador, da sua maneira simbólica de estar no mundo com os outros, levando-os a cooperar em prol do ser e não exclusivamente do ter.

Arredadas as culturas de figurino único, urge viver a diversidade das culturas.

Em termos gerais, o amor à cultura funciona como factor de coesão e de unidade partilhada, em nome da deferência devido aos outros e à especificidade que os identifica.

Ao agir no plano da acção cultural, a Universidade reger-se-á, para cooperar e criar, segundo um espírito distributivo que torna possível a unidade, a identidade e a coerência, a par do respeito por outrem. Urge encontrar os outros, sem impor o que é nosso e vice-versa.

No mundo em transformação, a cultura representa uma resposta ao desejo de partilhar, de construir, de filiar.

Interessa a todos, desde o estudante ao reformado, passando naturalmente pelo professor. Traduz-se em sinais, assume formas diversas na arte, na ciência, no desporto, proporciona um bem estar conseguido na construção de essência de cada um.

A concluir este feixe de leituras extractadas, de reflexão à procura de maturação, pergunto: está a Universidade, dentro e fora dela, disposta a cooperar afeiçoada à cultura, atenta ao emprego e à formação contínua, olhando as experiências do mundo e não olhando apenas para si? Ou seja, está disposta a responder aos desafios da procura e à gestão da qualidade, tal como a avaliar e melhorar o seu funcionamento, no quadro de redes de instituições europeias análogas?

Deve fazê-lo, creio bem, se não estou a sonhar.

#### BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

**PATRIAT**, *Culture de VUniversité ou Culture à lVuniversité*, Dijon, 1993

**RITZ, Régis**, *Rapport Final de la Conférence — Missions de VUniversité en Europe*, Genève, 1993

**ROÈG, Walter**, *Uma História das Universidades na Europa*, vol. I, Lisboa, 1994

**SEIDEL**, *A Theme for Reflection*, Hannover, 1993